

# **O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE SAPUCAIA/RJ: UM ESTUDO DE CASO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL**

## **THE PROGRAM MY HOUSE MY LIFE IN SAPUCAIA CITY/ RJ: A CASE STUDY OF SOCIAL TECHNICAL WORK**

**Carlos Willian Lara de Azevedo\*,\*\***

e-mail: carlos.azevedo@prof.educacao.rj.gov.br

**Marcus Vinícius Barbosa\*\*\***

e-mail: marcus.barbosa1979@gmail.com

**Rafael de Souza\***

e-mail: rafaelsouza@educacao.rj.gov.br

**Regina Coeli da Silveira\*\*,\*\*\***

e-mail: profregina\_coeli@yahoo.com.br

**Renan Gomes de Moura\*\*\***

e-mail: renangmoura@gmail.com

\* Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, RJ – Brasil

\*\*Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - Brasil

\*\*\* Faculdade Sul Fluminense, Volta Redonda, RJ – Brasil

\*\*\*\*Universidade do Grande Rio, Rio de Janeiro, RJ - Brasil

---

### **Resumo**

O presente artigo compromete-se em analisar as principais ações desenvolvidas na gestão do projeto habitacional no município de Sapucaia/RJ, a partir do Trabalho Técnico Social desenvolvido no ano de 2015, cujos objetivos eram a promoção de ações que proporcionem a autonomia, o protagonismo e inserção dos beneficiários ao habitat. A análise das ações será desenvolvida a partir dos dados do Relatório de Trabalho Técnico Social, a partir de uma análise documental do Relatório do Plano de Trabalho Técnico Social. Os resultados demonstraram que apesar da execução das ações propostas, a localização geográfica e a disponibilidade de transporte público podem ser fatores contribuintes ao processo de empobrecimento pelo remanejamento, assim houve a necessidade de uma proposta de intervenção paragarantira permanência dos moradores no espaço do condomínio habitacional.

Palavras-chave: Política habitacional; Programa Minha Casa Minha Vida; Trabalho Técnico Social; Teoria do empobrecimento pelo remanejamento.

---

### **Abstract**

This article undertakes to analyze the main actions developed in the management of the housing project in the municipality of Sapucaia / RJ, based on the Social Technical Work developed in 2015, whose objectives were the promotion of actions that provide autonomy, protagonism. and insertion of beneficiaries into the habitat. The analysis of the actions will be developed from the data of the Social Technical Work Report, from a documentary analysis of the Social Technical Work Plan Report. The results showed that despite the implementation of the proposed actions, the geographical location and the availability of public transport may be contributing factors to the impoverishment process by relocation, thus there was a need for an intervention proposal to ensure the residents stay in the condominium space. Keywords: housing policy; My Home My Life Program; Social Technical Work; Theory of impoverishment by relocation.

---

---

## INTRODUÇÃO

Quando os homens deixaram de ser nômades para tornarem sedentários, houve a necessidade de ter um abrigo. E assim, com o decorrer da história foram criadas moradias, que não só serviram de abrigo, pois ganharam um significado social e cultural e passaram a tornarem-se lar e símbolo da palavra família.

O acesso a moradia depende da posse de recursos financeiros ou por meio de incentivo financeiro do setor público. No Brasil, as políticas habitacionais se desenvolveram com a formação de instituições financeiras públicas e privadas, assim como pela constituição de fundos a partir de investimento governamental e contribuição dos empregados regidos pelo regime celetista. O direito à habitação foi desenhado na legislação brasileira e diferentes programas habitacionais foram desenvolvidos na história. O programa recente que possibilitou o acesso à moradia a população de baixa renda é o Programa Minha Casa, Minha Vida, desenvolvido em três fases até 2018 pelo Governo Federal.

Apesar do referido programa oportunizar a aquisição do imóvel, o processo de mudança de espaço dos grupos de grupos sociais em situação de vulnerabilidade é um pouco mais complexo. Não se limita ao imóvel em si, mas ao contexto da unidade habitacional, fatores que afetam o sujeito psicológica, financeira e socialmente como aponta Monteiro e Veras (2017).

No ano de 2017 foi identificado um déficit habitacional de 7,77 milhões de unidades no país. Até 2028, a estimativa é de um déficit de 12 milhões de moradias para atender as novas famílias e reduzir o déficit habitacional, com um custo estimado de R\$ 11.982 milhões em um cenário de projeção base (ABRAIN; FGV, 2018). Ações públicas que favoreçam o processo de integração ao imóvel, ao ambiente que o circunda e ao espaço da cidade são necessárias. Um dos instrumentos que possibilita o planejamento de tais ações é o do Trabalho Técnico Social. Mediante o exposto questiona-se: Como é a perspectiva sobre a política habitacional exposta nas ações do Relatório do Trabalho Técnico Social dos beneficiários dos imóveis do Condomínio Flor de Liz?

Com o intuito de responder a pergunta proposta o presente artigo tem como objetivo de analisar a perspectiva da política habitacional presente nas ações do Relatório do Trabalho Técnico Social dos beneficiários dos imóveis do Condomínio Flor de Liz, situado no município de Sapucaia no Estado do Rio de Janeiro. O trabalho utilizou como metodologia a abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso e pesquisa documental como técnica de pesquisa. A coleta dos dados e

informações foram realizados no Relatório de Final do Trabalho Técnico Social, após autorização da prefeitura do município.

## 2. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Entre os diferentes tipos de mercadorias, a moradia é um tipo necessário à população com altos rendimentos quanto à população de baixa renda. A diferença entre os públicos é dada pelas características do mercado imobiliário que os atende, pois a habitação tem um valor elevador e pode criar critérios de seleção ao imóvel. Assim, a construção do espaço social urbano pela via imobiliária não deve atender apenas ao interesse econômico, mas também a produção social, política, cultural, ambiental, permitir (PENNA, 2004; MONTEIRO; VERAS, 2017).

A questão habitacional é vista por Monteiro e Veras (2017) como um dos principais problemas urbanos da atualidade e que os valores dos imóveis é fator de exclusão de grupos com menor poder aquisitivo e acesso ao crédito. Uma alternativa para reduzir a exclusão social foi a instituição do Programa Minha Casa Minha Vida pelo Governo Federal, como uma política pública habitacional para redução do déficit habitacional (MONTEIRO; VERAS, 2017; ABRAINIC; FGV, 2018; FERREORA *et al.*, 2019).

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) criou mecanismo de incentivo à produção e à aquisição de unidades habitacionais novas no cenário urbano. Também foi aplicado à requalificação de imóveis urbanos, assim como aplicado aos imóveis rurais (ABRAINIC; FGV, 2018; FERREORA *et al.*, 2019). Além do programa funcionar como política habitacional que permitiu o acesso ao imóvel próprio pelos cidadãos de baixa renda do meio urbano e rural, com renda de até 10 salários mínimos, o PMCMV funcionou também como uma política econômica de geração de empregos ao estimular os setores produtivos que participação da cadeia de construção de imóveis (ROLNIK *et al.*, 2010; ROLNIK; NAKANO, 2016; FERREORA *et al.*, 2019).

Entre os anos de 2009 e 2011 a meta do programa era construir um milhão de imóveis em curto prazo, com recursos provenientes do Orçamento Geral da União, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e o programa assumiu o protagonismo de principal instrumento de política social no país (ABRAINIC; FGV, 2018). Em 2011 foi lançado a segunda fase do programa com novas regras: Programa Minha Casa, Minha Vida 2. Com objetivo de atender também as capitais estaduais, regiões metropolitanas e municípios maiores, a nova fase tinha a meta de construir 2 milhões de

moradias entre os anos de 2011 e 2014, com recurso provenientes do Orçamento Geral da União e do FGTS (MONTEIRO; VERAS, 2017).

Já em 2014 foi anunciado Programa Minha Casa, Minha Vida 3, o qual estabeleceu uma nova faixa de renda para a concessão de recursos imobiliários. O Quadro 1 ilustra os limites de rendas, taxas de juros e valor limite para aquisição do imóvel na fase 3 do programa.

Em síntese, como destacam Rolnik e Nakano (2016) a política habitacional brasileira se construiu através de incentivos à oferta de créditos e subsídios individuais, como mecanismo de aquisição de moradias privada pelas populações de baixa renda. A aquisição da habitação em si representa uma vertente da moradia e do habitat, especialmente quando os moradores são alocados em função de remanejamento decorrente de desastres naturais ou situações de risco. Para minimizar os desajustes na mudança, do Trabalho Técnico Social será visto na próxima seção, pois trata-se de um instrumento de integração e socialização.

### **3. O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL**

O espaço urbano envolve diversos aspectos que estão ao redor das pessoas e fazem parte de seu cotidiano: cultura, política, ambiente, população, transporte, moradia, áreas de lazer e outros. No processo de construção, reconstrução e deslocamento do espaço urbano, o sujeito percebe novos significados no ambiente, provoca mudanças no espaço e altera o seu modo de vida (NOBREGA, 2009; PONTES, 2013). Uma das formas de mudança no espaço urbano é o remanejamento habitacional, que traz consigo consequências físicas, psicológicas e sociais que se assemelham às condições dos imigrantes. Fisiologicamente, o remanejamento pode resultar em modificações nas condições de saúde física e mental do indivíduo. No âmbito social, o remanejamento pode agravar a condição de vulnerabilidade (DIAS; GONÇALVES, 2007; COSTA; COSTA, 2018).

Bartolomé (2000) defende que os impactos causados pelo remanejamento se relacionam às estratégias de sobrevivência das famílias (emprego); mecanismos de apropriação simbólica do ambiente natural e social; aos locais sagrados; e quebra dos vínculos dos sistemas de status social e relacionamentos (interação entre os grupos). Esses impactos são do remanejamento dos indivíduos para regiões geográficas periféricas, as quais carecem de infraestrutura de transporte fácil, limitação de acesso aos serviços públicos, insegurança e outros fatores (BARTOLOMÉ, 2000; BOEHS; FERNANDES, 2013; PONTES, 2013).

O empobrecimento é uma das principais consequências sociais decorrentes do remanejamento de família, especialmente em áreas de intervenção estatal, pois a nova situação altera a rotina familiar por conta da mudança geográfica (PONTES, 2013; COSTA; COSTA,

2018). A teoria do empobrecimento causado por situação de remanejamento de Cernea (2004) indica a existência de oito maneiras de caracterizar o processo. No primeiro grupo se encontram as características referentes as perdas: perda da terra, do emprego, da moradia e do acesso aos recursos de propriedade comum. O segundo grupo de características se refere à marginalização, à insegurança alimentar, ao aumento da morbidade e à desarticulação da comunidade.

Os meios de inclusão precário no setor habitacional e a exclusão social são reflexos da urbanização contemporânea, em virtude da ausência de imóveis em regiões menos periféricas das cidades (MONTEIRO; VERAS, 2017).

Alguns instrumentos preconizam o processo de valorização humana durante e após o remanejamento habitacional, por meio de ações e programas de inserção social. O Estatuto das Cidades determina que as políticas urbanas têm por objetivo a “[...] gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (BRASIL, 2001). Um instrumento que propõe ações que propiciam a autonomia e o protagonismo social é o Trabalho Técnico Social. O documento serve para planejar as ações e criar mecanismos que viabilizem a participação cidadão dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços (CEF, 2013).

As ações inseridas no Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) também buscam adequar as ações às necessidades e às realidades dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento (CEF, 2013). A elaboração e implantação do PTTS são definidas pelas diretrizes do Ministério das Cidades e preconiza o exercício da participação social cidadão, por meio de trabalhos de caráter informativos e educativos que melhorem a qualidade de vida dos moradores. Oliveira e Cassab (2010) observam que a mobilização e participação comunitária, assim como ações direcionadas ao trabalho e à renda favorecem o fortalecimento da justiça social, equidade, cidadania, formação de lideranças e no processo de tomada de consciências dos moradores em relação aos direitos e deveres na sustentabilidade do habitat.

#### **4. PERCURSO METODOLÓGICO**

No intuito de atender ao objetivo da pesquisa, a metodologia será composta pela abordagem, método e técnicas específicas, os quais contribuirão para a compreensão lógica adotada para alcançar os resultados da investigação. Creswell (2010) assumiu que as abordagens quantitativa e qualitativa são divisões clássicas, percebidas como extremos entre si. O autor complementou que a

aplicação das duas abordagens em conjunto pode potencializar os resultados da pesquisa. No entanto, a pesquisa terá uma abordagem qualitativa, por ser apropriada para um estudo que pretende investigar a questão do Projeto Habitacional no município de Sapucaia, de maneira aprofundada e aplicada a um grupo menor de pessoas ou documentos: Relatório do Trabalho Técnico Social. Para alcançar os resultados, os métodos e técnicas que integram a abordagem serão necessários para compreensão do desenvolvimento do estudo.

O método selecionado é o estudo de caso, descrito por Yin (2001) como uma estratégia metodológica importante para a pesquisa no campo das ciências humanas. Para o autor, tal método possibilita que pesquisador se aprofunde em relação no fenômeno do estudo e que identifique detalhes não perceptíveis em uma análise superficial. O estudo de caso será do tipo causal ou exploratórios, por não se limitar à exploração em si, mas também por possibilitar uma investigação que resulte em elementos que permita identificar um caso com perspectivas de generalização (YIN, 2001).

A técnica de pesquisa representa o processo científico pelo qual o trabalho será executado para Marconi e Lakatos (2011). A técnica selecionada será a documental, na qual a coleta dos dados e das informações terá como fonte o Relatório de Trabalho Técnico Social do Condomínio Residencial Flor de Liz, construído no município de Sapucaia por meio de verbas do Programa Minha Casa Minha Vida.

## 5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO CASO

O Programa Minha Casa, Minha Vida representou uma política pública de financiamento habitacional que resultou em impactos econômicos ao gerar empregos na cadeia da construção civil e impulsionar a economia, bem como sociais, ao permitir o acesso imobiliário aos indivíduos de baixa renda. Apesar de tal feito, o crescimento desenvolveu por meio de financiamento imobiliários com recursos do Fundo de Garantia do Trabalhadores, Banco Nacional do Desenvolvimento, Orçamento Geral da União e Fundo de Amparo Residencial. Ao longo dos nove anos de vigência (até junho de 2018) foram contratadas mais de 5 milhões de unidades e aproximadamente R\$ 430 bilhões. No âmbito social, o programa viabilizou a inserção de um quantitativo expressivo de pessoas no mercado imobiliários, os quais teriam acesso a outras formas de crédito para a compra (ABRAINC; FGV, 2018), como apresentado no Quadro 1.

**QUADRO 1**– Contratações do PMCMV

	<b>2009-2014</b>	<b>2015-2018</b>	<b>Total</b>
Total de unidades	3.755.128	1.555.996	5.311.124
Valor Redondo (R\$ milhões)	R\$ 243.356	R\$ 187.617	R\$ 430.973

Revista Valore, Valor Redondo (R\$ milhões) Edição Especial): 377-389, 2019

**Fonte:** CEF. (Elaborado pelo autor) – Adaptado de ABRAINC; FGV (2018).

O estímulo da produção habitacional através da utilização de recursos públicos é entendido como uma clássica solução keynesiana, na visão de Rolnik e Nakano (2016).

Como a habitação tem um valor dependente da localização geográfica, a construção de imóveis populares ocorre em regiões deslocadas dos centros urbanos que ocasiona resultam em prejuízos a todos. Nestes locais mais afastados, outras demandas exigem a atuação do estatal no desenvolvimento de infraestrutura urbana e social para a oferta de serviços públicos (ROLNIK; NAKANO, 2016; ABRAINC; FGV, 2018).

Os moradores são afastados dos seus locais de trabalho, sentem o encarecimento do custo da mobilidade urbana e são atingidos pelo precário sistema de transporte públicos que atendem regiões distantes. As regiões centrais são favorecidas com o abastecimento de produtos e oferta de serviços públicos, entretanto, as habitações possuem valores mais elevados que as periféricas (ROLNIK; NAKANO, 2016; MONTEIRO; VERAS, 2017; ABRAINC; FGV, 2018). Apesar das políticas de financiamento existentes ao longo da história brasileira e dos direitos previstos nas legislações, o problema da habitação no país carece de soluções. Embora a questão do imóvel tenha sido objeto das políticas financeiras de habitação, ações que se atendem ao desenvolvimento social e humano no processo de remanejamento e assentamento habitacional ainda se encontra insuficientes (BARTOLOMÉ, 2000; NOBREGA, 2009; MONTEIRO; VERAS, 2017; COSTA; COSTA, 2018).

A perspectiva sustentável da Agenda 2030 é aplicável às diferentes dimensões sociais, econômicas e ambientais. O simples direito à habitação não garante que o indivíduo esteja integrado ao contexto ambiental do imóvel, pois outros fatores incidem na família ou no indivíduo remanejados de ordem física, psicológica, econômica e social. Uma das estratégias para contornar os reflexos do remanejamento é o Plano de Trabalho Técnico Social.

O objeto de estudo trata do Plano de Trabalho Técnico Social desenvolvidos junto aos moradores do Condomínio Flor de Liz, financiado pela Programa Minha, Minha Vida no município de Sapucaia, no estado do Rio de Janeiro. O condomínio é composto por 156 unidades habitacionais e entregue aos moradores em 2016. As famílias que ocupam o condomínio eram assistidas pelo Programa Morar Seguro (Aluguel Social), visto que foram retiradas de suas residências que foram condenadas pela Defesa Civil, em virtude das tragédias naturais que assolaram os bairros Taquara

(2011) e Jamapar (2012). Os municpes remanejados ao condomínio foram selecionados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de Sapucaia.

**QUADRO 2 – Quantidade de beneficiários**

<b>Beneficiário</b>	<b>Quantidade</b>
Famílias	156
Pessoas	625
Famílias em situação de risco	156
Famílias inseridas no Aluguel Social	211
Idosos chefes de família	39
Mulheres chefes de família	81
Pessoas portadoras de necessidades especiais	02
Idosos	66
Renda média familiar	0 a 3 salários mínimos

**Fonte:** Relatório Técnico de Trabalho Social (Elaborado pelo autor).

A composição familiar  94% dos núcleos familiares são pequenos (1 a 4 pessoas); 6% das famílias compostas por 5 a 8 pessoas e nenhum núcleo familiar com mais de 8 pessoas morando na casa.

Em relação à localidade atingida pelos deslizamentos, 87% das famílias moravam nas áreas de risco há mais de 5 anos; 9% das famílias moravam em um período que varia de 5 a 2 anos e 4% há menos de 2 anos.

Quanto a renda dos atingidos pela catástrofe, 9% conta com mais de dois salários mínimos de renda familiar mensal, 29% com renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos e 62% das famílias possuíam renda familiar de até um salário mínimo. Do total, 2% detinham renda relacionadas ao Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Auxílio Doença, 7% eram pensionistas, 15% não trabalhavam, 17% declararam assalariados com carteira assinada, 18% eram aposentados e 41% sobreviviam de trabalhos ocasionais.

O Plano de Trabalho Técnico Social e o relatório foram desenvolvidos por meio uma empresa especializada, vencedora do processo licitatório que não será identificada e executou o reassentamento das famílias em áreas de risco.

O trabalho teve a duração de nove meses, dividido em duas fases de execução: pré-contratual (durante todo o período de produção do empreendimento) e ps-contratual (fase de apropriação das benfeitorias pela população). O trabalho técnico resultou no Relatório de Trabalho



Técnico Social desenvolvida pela empresa contratada. Neste ponto, cabe destacar a possibilidade da presença de uma mesma de assessoria técnica no processo de elaboração e desenvolvimento dos projetos arquitetônicos, urbanísticos e também do trabalho técnico social, o que pode ocasionar na subordinação do trabalho técnico aos interesses econômicos da empresa desenvolvedora de todos os projetos (CAMARGO. 2013; FARAGE, 2014).

O início do trabalho social no foi proposta a criação de uma Comissão de Moradores, formada por lideranças eleitas pela comunidade, como instrumento de participação social em todas as etapas do projeto. O Projeto de Trabalho Técnico Social se propôs a preparar a população beneficiária no processo de integração, criar a ideia de pertencimento social à nova realidade comunitária, adaptá-los ao novo cenário com qualidade de vida e assegurar o acesso aos direitos. As ações apresentadas no projeto propunham a articulação entre os serviços públicos, os programas e os projetos desenvolvidos pelo poder público municipal.

As ações que estimulam a participativa dos beneficiários procuraram envolvê-los em todo o processo, bem como a participação e a comunicação com as diferentes secretarias municipais e atividades que promoveriam uma aprendizagem gradual.

A partir do Relatório Técnico de Trabalho Social, foi possível observar o nível de satisfação dos beneficiários quanto as ações desenvolvidas, como apresentado no Quadro 3.

**QUADRO 3**– Satisfação dos beneficiários

Satisfação	Ações Informativas	Mobilização comunitária	Gestão condominial e patrimonial	Educação ambiental	Planejamento e gestão do orçamento	Linguagem estabelecida
Ótimo	31,4%	29,4%	29,4%	37,2%	41,1%	37,2%
Bom	31,4%	27,6%	25,7%	23,7%	19,8%	23,7%
Ruim	0%	1,9%	1,9%	0%	0%	0%
Insatisfatório	0%	3,9%	5,8%	1,9%	1,9%	1,9%
Não responderam	37,2%	37,2%	37,2%	37,2%	37,2%	37,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

**Fonte:** Relatório Técnico de Trabalho Social (Elaborado pelo autor).

O Programa Minha Casa, Minha Vida é um modelo de política habitacional centrada na oferta de crédito para a construção de imóveis à população de baixa renda. Entretanto, outras ações são apresentadas por Rolnik e Nakano (2016). Para as autoras são alternativas a possibilidade de aproveitar imóveis públicos, regimes de propriedade imobiliária como as propriedades cooperativas, considerar a oferta de serviços (aluguel social) e a assistência técnica articulada com recursos para a promoção habitacional por autogestão e outros. A possibilidade de reciclar e reabilitar edifícios nos centros urbanos para aproveitamento de habitação popular são percepções das autoras citadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas em um Trabalho Técnico Social representam uma dimensão da Política de Habitação ao possibilitar que a população tenha acesso à moradia (imóveis), ao habitat da residência e aos demais espaços da sociedade. As ações desenvolvidas nas etapas pré e pós-contratuais foram avaliadas pela maioria dos participantes como ótima ou boa, entretanto, 37,2% dos beneficiários não responderam aos questionários e pode demonstrar um número representativo de beneficiários que não se envolveram no processo de integração.

Um dos grandes problemas das cidades brasileiras é o acesso aos meios de transporte que integre o sujeito ao demais espaços da sociedade. Como o Condomínio Flor de Liz foi implantada em uma região periférica do município, os elementos integradores de mobilidade urbana não foram abordados no Relatório Técnico de Trabalho Social.

Embora as ações descritas no relatório apresentam a preocupação ambiental por meio de palestra, propostas práticas de alternativas ecológicas para o setor habitacional de baixa renda não foram apresentadas ou utilizadas na construção, como recomenda Monteiro e Veras (2017). O relatório apresentou as ações promovidas e a satisfação dos beneficiários, entretanto, não apresentou os impactos decorrentes de parte das ações desenvolvidas, em particular quanto a teoria do empobrecimento por remanejamento de Cernea (2004).

Em virtude da temporalidade de 9 meses do contrato de prestação de serviço da empresa especializada, aspectos pós contratual de longa duração não foram objetivos de análise. Com isso, a presença de uma equipe interna a Secretaria de Assistência Social especializada no acompanhamento e desenvolvimento do relatório representa uma oportunidade de entender as condições a longo prazo, tais como a permanência ou não das famílias nas unidades habitacionais. Outro ponto que corrobora à necessidade da presença de uma equipe que produza e acompanhe o trabalho de técnico social no órgão público municipal, está no fato dos reais resultados alcançados pelos moradores após as ações. Isso permitiria entender se eles conseguiram melhorar o perfil da renda após as ações de capacitação e inserção no mercado de trabalho, se eles conseguiram reduzir os custos energéticos após a palestra, se as condições de saúde e higiene foram modificadas positivamente após a aprendizagem, dentre outras.

Portanto, a proposta de intervenção está atrelada à criação de tarifa social em relação ao transporte dos moradores do condomínio, a nomeação de moradores para exercer funções nas secretarias e a criação de cooperativas e associações profissionais. Estas propostas permitirão minimizar os problemas em relação ao acesso das famílias da área central do Município e também

irá garantir renda para a sobrevivência das mesmas. Sugere-se estudos futuros que tratem da desoneração através de regimes especiais de tributação, alternativas de insumos ecológicos para a construção dos imóveis, a participação dos beneficiários no processo de construção e meio de renda.

## REFERÊNCIAS

BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro. Produção social da moradia: um olhar sobre o planejamento da Habitação de Interesse Social no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 189-201, mai., 2014.

BARTOLOMÉ, Leopoldo J. Esquemas de reassentamento populacional como processos sociais: questões conceituais e metodológicas. In: ARENSBERG, Walter Conrad. **Barragens, desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo, 2000.

BOEHS, Astrid E.; FERNANDES, Gisele C. M. Mudanças das Rotinas Familiares na Transição Inesperada por Desastre Natural. **Revista de Enfermagem**, v. 17, n. 1, p. 160-167, jan./mar. 2013

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. **Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4380.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm)>. Acesso em 07 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 13 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em 09 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm)>. Acesso em 03 mar. 2019.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). **Caderno de Orientação Técnico Social**. 2009. Disponível em: <[http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx/asp/ent\\_hist.asp](http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx/asp/ent_hist.asp)>. Acesso em 25 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Minha Casa Minha Vida – Habitação Urbana**. [2014?]. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 18 fev. 2019.

- \_\_\_\_\_. **Fundo de Arrendamento Residencial - FAR**. [2017?]. Disponível em: <<http://fundosdegoverno.caixa.gov.br/sicfg/fundos/FAR/detalhe/sobre/>>. Acesso em 19 fev. 2019.
- CAMARGO, Camila M. Novas formas associativas na produção recente de moradia social no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 2, 2013.
- CERNEA, Michel M. Impoverishment risks, risk management, and reconstruction: a model of population displacement and resettlement. In: UN SYMPOSIUM ON HYDROPOWER AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT, Beijing, 2004.
- COSTA, Eucicleia D.; COSTA, Solange M. G. Remanejamento, empobrecimento e mudanças no cotidiano familiar na cidade de Belém-PA. **revista Textos & Contextos**, v. 17, n. 2, p. 406-422, 2018.
- CRESWELL, John W. **Projetos de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e mistos**. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DIAS, Sônia; GONÇALVES, Aldina. Migração e Saúde. **Revista Migrações**, n. 1, p. 15-26, 2007.
- FARAGE, E. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.
- FERREIRA, Geniana G. *et al.* Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida. **URBE: Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, p.1-15, 2019.
- KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; NETO, Vicente C. L. **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica política habitacional?**, Texto para Discussão, n. 1853, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2013.
- LANGARO, Sonia V.; BOBATO, Zaqueu L. Minha Casa Minha Vida e política Descentralizada: o caso do Conjunto Habitacional Joaquim Zarpelon-Irati-Pr. In: SIMPÓSIO DAS CIDADES E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO, 2, 2013.
- MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. – 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.
- NOBREGA, Maria das D. S. representação social da moradia para a população de baixa renda. *Caminhos de Geografia* [online], v. 10, n. 3, p. 51-60, dez./2009.
- OLIVEIRA, Marcelo N.; CASSAB, Latif A. O Serviço Social na habitação: O trabalho social como instrumento de acesso das mulheres à moradia. In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1. Anais ..., 2010.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <[https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em: 06 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. ONU-Habitat. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PENNA, Nelba A. Fragmentação do Ambiente Urbano: crises e contradições. In: PAVIANI, A; GOUVÊA, L. A. de C. **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora UnB, 2004, p 57-192.

PEREIRA, Caio M. S. **Instituições de Direito Civil**. 20.ed. São Paulo: Forense, 2006.

PONTES, Fernando Augusto Ramos. **Relatório de pesquisa: Pobreza e ecologia do desenvolvimento**. UFPA/CNPq. 2013.

ROLNIK, Raquel *et al.* **Como produzir moradia bem localizada com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida?**. Brasília: Ministério das cidades, 2010. 132 p.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. As armadilhas do pacote habitacional. 08 ago. 2016. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Raquel\\_Rolnik/publication/267796104\\_As\\_armadilhas\\_do\\_pacote\\_habitacional/links/57a90c1908aed1b226244d6b/As-armadilhas-do-pacote-habitacional.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Raquel_Rolnik/publication/267796104_As_armadilhas_do_pacote_habitacional/links/57a90c1908aed1b226244d6b/As-armadilhas-do-pacote-habitacional.pdf)>. Acesso em 06 mar. 2019.

SCHWEIZER, Peter José; PIZZA JUNIOR, Wilson. Casa, moradia, habitação. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 5, p. 54-69, 1997.

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. **Direito à Moradia e de Habitação: Análise Comparativa e suas Implicações Teóricas e Práticas com os Direitos da Personalidade**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi - 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em: 20/08/2019

Aceito em: 10/09/2019

Endereço para correspondência:

Nome **Carlos Willian Lara de Azevedo**

e-mail: [carlos.azevedo@prof.educacao.rj.gov.br](mailto:carlos.azevedo@prof.educacao.rj.gov.br)



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)